XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Manifestações conjunturais e dimensões estruturais da crise alimentar. Perspectivas e alternatividades.

Julian Perez, Georgeana França, Luciano Barbosa, Sidemar Nunes, Almir Rodrigues y Islandia Bezerra.

Cita:

Julian Perez, Georgeana França, Luciano Barbosa, Sidemar Nunes, Almir Rodrigues y Islandia Bezerra (2009). *Manifestações conjunturais e dimensões estruturais da crise alimentar. Perspectivas e alternatividades. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/371

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Manifestações conjunturais e dimensões estruturais da crise alimentar

Perspectivas e alternatividades

Julian Perez
Doutorando MADE/UFPR
julianperez7@gmail.com

Georgeana França
Doutorando MADE/UFPR

Luciano Barbosa
Doutorando MADE/UFPR

Sidemar Nunes
Doutorando MADE/UFPR

Almir Rodrigues
Doutorando Sociologia/UFPR

Islandia Bezerra
Doutoranda Ciências Sociais/UFRN

Introdução

Ocorreram, em 2008, pelo menos seis grandes manifestações mundiais contra a fome, resultando em confrontos, detenções de manifestantes e mortes. Essas aconteceram no Haiti, no Senegal, no Egito, na Costa do Marfim, na Burkina Fasso e nos Camarões, reacendendo discussões em torno da crise alimentar. Apesar do problema alimentar ter sido considerado por algum tempo uma questão resolvida, em função da elevação da produção e da queda do preço dos produtos alimentares, em 2008 noticiou-se amplamente que o mundo estava passando por uma crise alimentar em função da alta dos preços.

Apesar da crise ter se tornado pública a partir de suas manifestações conjunturais, ela assenta-se também sob fundamentos estruturais. Ou seja, aos aspectos conjunturais – tal como a alta do preço do petróleo e quebras de safras, que gerou a alta dos preços dos alimentos – se interligam os aspectos que estruturam a cadeia agroalimentar: a oligopolização dos segmentos (produção, insumos, processamento, distribuição, comercialização); os padrões alimentares que se estruturam a partir dos interesses da produção agroindustrial e das atuais formas de trabalho e vida; a crise do modelo de agricultura industrial que valoriza o agronegócio, etc.

Outro aspecto que se destaca é a relação da crise alimentar com a produção energética, uma vez que os agrocombustíveis (biodiesel e etanol) passaram a se colocar como saída à escassez mundial de energia e como uma energia eventualmente mais limpa do ponto de vista ambiental. Sob distintas perspectivas e interesses, a crise alimentar viria a colocar em xeque essa possibilidade. Organizações sociais de diversas partes do mundo e até mesmo alguns países, principalmente aqueles que dispunham de uma área agricultável menor, como os europeus, passaram a denunciar a disputa que estaria ocorrendo entre a área agrícola destinada à produção de alimentos e de agrocombustíveis.

Do ponto de vista hegemômico, costuma-se propor o desenvolvimento tecnológico como solução. Assim, a crise alimentar, seria resolvida através da elevação da produção viabilizada por tais tecnologias. De outro lado, os movimentos sociais tendem a introduzir questionamentos ao modelo e aos aspectos estruturais da crise, ao mesmo tempo em que procuram desenvolver experiências que se apresentam como alternativas às propostas hegemônicas.

Neste âmbito, os próprios conceitos se encontram permanentemente em disputa. A noção de segurança alimentar, por exemplo, toma diferentes sentidos, significando para setores empresarias e organismos internacionais, basicamente a necessidade de uma maior higiene na produção e manuseio de alimentos, ou no máximo a disponibilidade de alimentos, enquanto que parte dos movimentos sociais a vinculam às dimensões de acesso, produção, disponibilidade e sustentabilidade, bem como a qualidade nutricional dos alimentos. Outros movimentos propõem ainda, a noção de soberania alimentar, que considera a necessidade das populações em produzir seus próprios alimentos para o auto-sustento e controlar a produção e o intercâmbio, o domínio público sobre os recursos genéticos e a denúncia à oligopolização.

Os movimentos sociais, portanto, posicionam-se e se organizam frente ao modelo atual de desenvolvimento hegemônico através de novas formas de gestão da produção e de intercâmbio. Neste sentido, a agroecologia se apresenta atualmente como uma das propostas que mais articula

estas aspirações, pois, além de uma proposta de uma nova base tecnológico-produtiva, propõe também novas relações de produção e intercâmbio.

O trabalho analisa alguns aspectos conjunturais e estruturais que evidenciaram a crise alimentar e identifica algumas relações entre a crise alimentar e energética. Por fim, identifica perspectivas e analisa algumas experiências que se colocam como alternativas ao modelo hegemônico de produção e troca.

Alguns aspectos conjunturais da atual crise alimentar

A literatura e a mídia nacional e internacional destacaram os seguintes fatores como responsáveis pela crise alimentar: aumento da demanda, especulação financeira, baixo nível dos estoques, queda do dólar, fatores climáticos, crescente uso dos agrocombustíveis, elevação do preço do petróleo e barreiras comerciais (subsídios e protecionismo). Todavia, os maiores embates giram em torno dos três últimos aspectos, constituindo-se num novo confronto Norte (países desenvolvidos) x Sul (países menos desenvolvidos) e criando divisões até no próprio Sul.

Todos estes fatores de alguma maneira influenciaram na elevação dos preços dos alimentos, sejam aqueles decorrentes de problemas climáticos associados às secas ou inundações; ou pelo crescente número de refugiados no mundo por conflitos ou catástrofes naturais[1]; ou pelos baixos níveis dos estoques que geram uma pressão sobre a oferta, elevando os preços e abrindo espaço para ataques especulativos; ou pelo encarecimento do petróleo que aumentou os preços dos transportes de alimentos e elevou o preço dos insumos utilizados na produção de alimentos, como os fertilizantes; ou a crescente padronização por determinados alimentos (arroz, soja, laticínios, carnes) levando a uma maior pressão sobre os preços, devido ao aumento da demanda; ou pelo enorme desperdício de alimentos, uma vez que, por exemplo, nos EUA são desperdiçados 27% da comida disponível para consumo, segundo um estudo de 1995, são 4,7 quilos de carne e peixe jogados no lixo todo mês por uma família de quatro pessoas (PETRY, 2008).

Observa-se que existem inúmeras explicações sobre a crise alimentar havendo um *mix* de fatores que geram a alta mundial do preço dos alimentos, gerando um embate ideológico sobre o

[1] NÚMERO de refugiados bate recorde de 67 milhões no mundo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u413320.shtml>.

tema. Do ponto de vista do governo brasileiro, suas manifestações apontam para a alta do petróleo, o aumento da demanda por alimentos (principalmente da Índia, China e do próprio Brasil) e o subsídio concedido aos agricultores dos países desenvolvidos e a suas políticas protecionistas (barreira ao livre comércio) como os efeitos causadores da crise alimentar, não aceitando a argumentação de que os agrocombustíveis seriam grandes responsáveis.

Entretanto, os demais países e instituições (como a FAO, UNCTAD, ONU, OMC, BIRD e FMI) criticam as políticas de incentivo aos agrocombustíveis, associando sua produção à crise, já que haveria uma concorrência entre produção de alimentos e de energia, quanto à utilização das terras férteis e à utilização de alimentos destinados ao consumo humano e de animais, sendo destinados para fins energéticos. Todavia, num segundo momento, estas mesmas instituições isentaram, parcialmente, os agrocombustíveis, afirmando que a longo prazo estes seriam um mecanismo de redução dos preços.

Não obstante a prevalência destes aspectos conjunturais na crise alimentar manifestada recentemente, cabe ressaltar que a questão da fome é estrutural em nossa sociedade, sendo que esta recente realidade demanda uma leitura mais aprofundada da questão, de forma a abordar os elementos estruturais de organização do sistema agroalimentar mundial que contribuem de forma significativa à manutenção deste cenário.

ASPECTOS ESTRUTURAIS: AS CADEIAS AGROALIMENTARES

As decisões políticas e modelos de desenvolvimento adotadas por Estados nacionais e por organismos internacionais configuram as formas de organização dos diferentes segmentos da cadeia agroalimentar (insumos, produção, processamento, distribuição e comercialização), desenhando mecanismos de funcionamento que fortalecem e debilitam determinados setores da cena produtiva.

No âmbito da agricultura, a proposta da "revolução verde" foi fortemente promovida e impulsionada por organismos internacionais (Banco Mundial, BID, FAO) e assumida pelos Estados periféricos como caminho único para a 'modernização' e desenvolvimento do campo, gerando uma enorme transformação da agricultura a partir dos anos 60 e 70 (EHLERS, 1999).

Assim, reduziu-se a questão do combate à fome ao incremento de produtividade e conseqüente especialização dos sistemas agropecuários, baseados na introdução de novas tecnologias, centradas

na engenharia genética (inicialmente no melhoramento de sementes e atualmente na transgenia) e o pacote tecnológico a ela vinculado (fertilizantes químicos, agrotóxicos e mecanização).

Porém, este aumento de produtividade acabou se revelando insuficiente do ponto de vista do combate à fome, sendo que nas últimas décadas pouco tem baixado os números relacionados à população desnutrida no mundo, sendo 21% (1979-81), 16% (90-92), 15% (95-97), 14% (01-03) da população mundial total. As recentes manifestações da crise alimentar fizeram com que a FAO revisse seus números, afirmando que em 2008 muito possivelmente tenha se chegado à casa de um bilhão de pessoas desnutridas (16% da população).

Para além desta incapacidade, o que se observa na atualidade é o desgaste deste modelo. Os números de incremento da produção não seguem os mesmos níveis de décadas anteriores, estando mais relacionados ao aumento da área produtiva, o que significa o aprofundamento dos impactos sócio-ambientais por ele gerados. Segundo Riechmann (2003, p. 203), as colheitas mundiais cresceram em 182% entre 1950-1990 e somente em 3% entre 1990-1996.

Assim como na agricultura, também se observa um forte processo de centralização no processamento e comercialização de alimentos, operando cada vez mais numa escala global. Ploeg (2008) denomina este modelo como 'Impérios Alimentares', definindo-o como sendo aquele que rege as atuais normas da produção, processamento e comercialização dos alimentos, estabelecendo uma ordem dominante, mesmo que esta não represente o grande volume de circulação de alimentos em nível mundial, onde cerca de 85% da produção circula através dos circuitos regionais e descentralizados (PLOEG, 2008, p. 21).

Dados organizados pelo ETC Group dão visibilidade ao intenso processo de concentração do sistema agroalimentar, tal qual demonstrado nos gráficos da Figura 1, que revelam o nível de controle corporativo mundial de várias das atividades produtivas que estruturam o sistema agroalimentar mundial.

O estabelecimento deste "império", calcado na concentração econômica, significa a imposição de um determinado modelo de organização da cadeia agroalimentar, estruturado e ampliado com base na expropriação das estruturas existentes, significando, majoritariamente, a expulsão de formas historicamente construídas e desenvolvidas para organizar a produção e circulação de alimentos, baseadas na produção familiar. Estas são notadamente centradas no fortalecimento do mercado local e dos circuitos curtos e sustentadas por uma agricultura mais diversificada e descentralizada.

No caso brasileiro, a agricultura familiar responde por cerca de 70% da produção de alimentos para o mercado interno[2].

Se por um lado observa-se um grande avanço dos grupos transnacionais no sentido de controlar o sistema agroalimentar mundial, por outro, há um crescente desenvolvimento de iniciativas alternativas a este modelo, que buscam resgatar e atualizar saberes e conhecimentos tradicionais e propor novas formas de organização comunitária, baseadas em formas de desenvolvimento mais justas e ambientalmente equilibradas[3].

Ainda do ponto de vista estrutural, à crise alimentar liga-se à busca, em âmbito internacional, pela diversificação da matriz energética. Trata-se de um tema que tem ocupado amplo espaço na agenda política nestes últimos anos.

CRISE ALIMENTAR E QUESTÕES ENERGÉTICAS

Percebe-se a necessidade, postulada em âmbito global, de redução de uso de recursos fósseis e da emissão de poluentes. Entretanto, as discussões sobre as políticas de geração de energia se conectam também a outras que, por sua vez, dizem respeito aos impactos sociais ocasionados através da expansão energética pela biomassa, dentre as quais ao aumento da produção agrícola a fim de atender uma demanda – cada vez mais crescente – por energia.

Levou-se em consideração que, atualmente, a produção de biodiesel e etanol pautam decisões políticas internacionais e nacionais e, por outro lado, fomentam a sua discussão sobre a sua expansão em terras cultiváveis para fins de produção alimentar (Wilkinson e Herrera, 2008). Além disso, economicamente discorre-se que estes, ao estarem apoiados em subsídios diversos, contribuem para que ocorra uma pressão em outras frentes, acarretando no aumento do preço dos alimentos (REDES-AT, GRAIN, 2007).

Este debate, empreendido pela sociedade civil, alerta para as implicações que este processo de produção acarreta no uso da terra, nos impactos sobre os ecossistemas, na reprodução social das populações locais e na agricultura familiar (REBRIP, FASE, 2008). Percebe-se que, ao lado de

[2] Fonte: Nota técnica MDA/SAF sobre PL 178/2008 que versa sobre a alimentação escolar (17/12/2008).

[3] O desenvolvimento destas iniciativas será tratado no item final deste breve documento.

diferentes argumentos que ancoram os discursos sobre as vantagens e desvantagens quanto à utilização de biomassa para produção de energia, destacam-se também os diferentes significados que são formulados acerca dos termos segurança e soberania energética pelos diversos atores sociais que percorrem este campo de disputa (BOURDIEU, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O ESPAÇO DAS ALTERNATIVIDADES

Percebe-se uma tendência de homogeneização dos mecanismos de organização e produção das relações no universo da postura hegemônica da globalização. Segundo Milton Santos (2004, p. 120) "na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade". Contudo, é importante destacar que:

> Vivemos tempos complexos, tempos de crises, dados pelas grandes questões ambientais e pelos graves problemas sociais que ficaram evidentes em todo o planeta. Em tempos de globalização, um debate importante ancora-se nas possibilidades de resistência e construção de outras formas de produzir, de consumir, de viver, de outras sociabilidades em geral marcadas por lógicas que não as que se centrem na produtividade, na competitividade, no controle da natureza e seu uso irrestrito como recurso. (...) assim como são identificados vários movimentos e processos sociais cujo traço em comum é colocar em andamento práticas distintas das que são hegemônicas e que, nesse sentido, podem ser vistas como potencialmente construtoras de alternatividades. Poderia-se denominá-las de práticas de resistência, de movimentos sociais de resistência, amplamente baseadas nos territórios locais, mas conectados em redes que lhes dão uma dimensão global. (FERREIRA *et al*, 2008, p. 2)

A construção de uma nova ordem social e ambiental frente à crise alimentar emerge a partir de experiências e espaços de resistência e de criação de movimentos inovadores, que permitem pensar que não existe um modelo único, mas um modelo hegemônico.

No Brasil, grande parte destas experiências, embora aparentemente incipientes, encontram-se articuladas através de redes que permitem ligar essas alternativas às outras esferas políticas, onde

passam a ser reconhecidas. Neste sentido, destacam-se aquelas relacionadas à articulação entre o desenvolvimento da agroecologia e promoção da soberania e segurança alimentar em suas diversas dimensões, destacando: *i)* Diversificação da produção de alimentos e Agrobiodiversidade; *ii)* Estabelecimento de novas relações de mercado; *iii)* Resgate de culturas alimentares; *iv)* Educação alimentar e para o consumo e *v)* Políticas Públicas e mercados institucionais; dimensões estas apontadas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) como elementos de articulação que orientam o desenvolvimento de diversas iniciativas no campo da agreocologia no Brasil. A Rede Ecovida de Agroecologia pode ser apresentada como exemplo, pois reúne produtores, consumidores, técnicos, ONG´s e outras organizações sociais, entre estas algumas que compõem a Via Campesina.

No âmbito da produção energética, tomou-se como ponto de partida para reflexão três experiências que são realizadas no sul do Brasil. A primeira delas é o projeto com biodigestores em uma área do entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Itaipu, no oeste paranaense. A segunda é a experiência da Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (CRERAL), que tem por objetivo levar energia ao meio rural. Por fim, a Coopercana, que visa a produção de álcool para combustível.

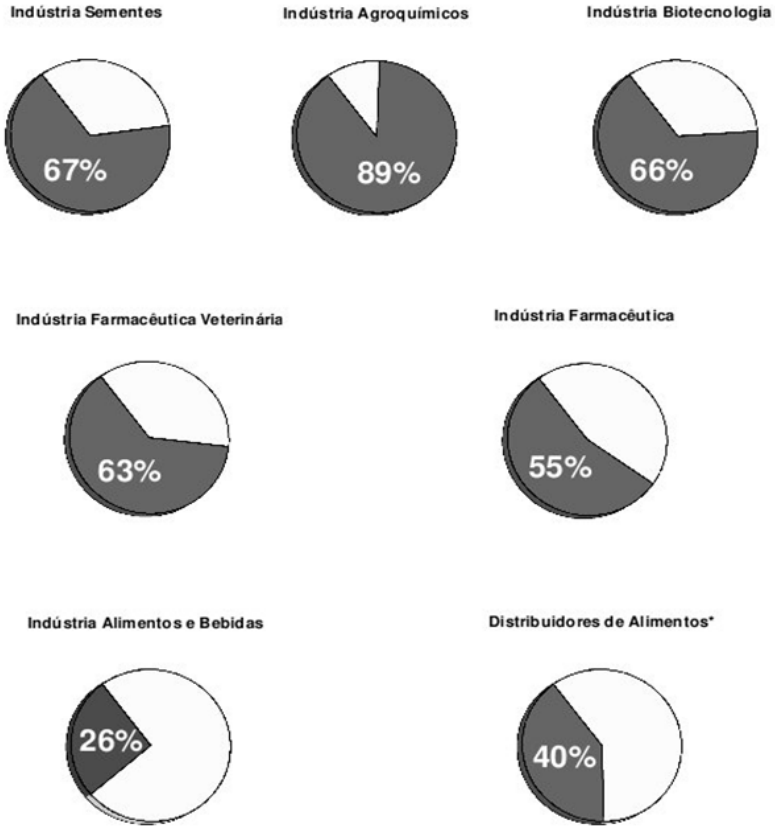
Estas experiências colocam em evidência alguns aspectos comuns: a preocupação com os problemas ambientais, novas formas de gestão, a preocupação social (que repercute na busca pelo desenvolvimento regional), a prática de formas alternativas para geração de energia e a relação entre produção de energia e alimentos. Menciona-se que estas experiências localizadas são apenas alguns exemplos de um movimento mais abrangente que está disposto no âmbito mundial, evidenciando a relação do global com o local. Ressalta-se ainda que a produção de energia vista como renovável é empreendida tanto por governos como também por associações civis. No primeiro caso, foi percebido que estas parecem estar conectadas a políticas de governo, estratégias de mercado e garantias de maior competitividade entre países, a fim de garantir uma maior segurança energética. Já no segundo, constata-se a atuação de grandes redes de solidariedade e também de articulação entre movimentos sociais e a sociedade civil, buscando a autonomia dos grupos.

O desenvolvimento destas iniciativas demonstra que a possibilidade de mudança para outro modelo deixa de ser um projeto utópico, embora seja imersa na utopia, mas se expressa pela participação solidária e resistência social, alternativas organizacionais e tecnológicas de diversos grupos e movimentos, demonstrando processos que se diferenciam das práticas convencionadas hegemonicamente, como: redes de economia solidária, organização e produção agroecológicas,

construção de novas relações de mercado, formas de geração de energia alternativas concatenadas com a produção de alimentos, valorização de hábitos alimentares saudáveis, resgate e re-significação de formas de cooperação.

Estas práticas muitas vezes estruturadas localmente se amplificam em organizações de redes que lhes dão dimensões regional, nacional e global. Colocou-se como intenção neste texto mapear justamente a existência não somente de outros atores considerados de grupos não hegemônicos, mas também os processos e dinâmicas de organização e construção de racionalidades contra-hegemônicas, racionalidades alternativas em relação à crise alimentar (dentre outras crises). Destaca-se ainda que este artigo faz parte de uma discussão inicial que se refere à compreensão da crise alimentar e a busca por possíveis alternatividades que podem ser empreendidas neste processo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

Figura 1. As 10 maiores empresas do planeta segundo sua participação no mercado mundial por setor:



Fonte: ETC Group, 2008

* Porcentagem das 10 maiores empresas distribuidoras entre as 100 maiores do mundo

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. – São Paulo: Perspectiva, 2004.
- EHLERS, E. **Agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma.** Guaíba: Agropecuária, 1999.
- ETC GROUP. **¿De quién es la naturaleza?** 2008. Disponível em www.etcgroup.org
- FAO. **Aumento de los precios de los alimentos.** Roma, 3-5 de junio de 2008.
- PETRY, André. **Vai ter para todo mundo? *Revista Veja*, São Paulo, ed. 2062, ano 41, n. 21, 28 mai. 2008.**
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS. **Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa.** – Rio de Janeiro: REBRIP / FASE, 2008.
- REDES-AT, GRAIN. **Revista Biodiversidade Sustento e Culturas**, n.54, nov.2007.
- RIECHMANN, J. **Cuidar la T(t)ierra.** Barcelona: Icaria, 2003.
- WILKINSON, J., HERRERA, S. Subsídios para a discussão dos agrocombustíveis no Brasil. In: **Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa**. – Rio de Janeiro: REBRIP / FASE, 2008.
- ZAFALON, Mauro. **Custos elevados mantêm preços dos alimentos em alta**. *FolhaOnline*, São Paulo, 13 mai. 2008. <**http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u401301.shtml**>